

O AUTISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL I: desafios e perspectivas

AUTISM IN ELEMENTARY EDUCATION I: challenges and perspectives

**Yara Lima Macedo¹, Juarez Monteiro de Rezende², João Paulo Demétrio de Arantes³,
Ana Paula Pereira Carvalho⁴**

¹Faculdade Três Pontas – FATEPS / Grupo Unis, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail:
yara.macedo@alunos.unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9164-7783>

²Faculdade Três Pontas – FATEPS / Grupo Unis, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail:
juarez.rezende@unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2522-844X>

³Faculdade Três Pontas – FATEPS / Grupo Unis, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail:
joapaulo.arantes@unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4756-0995>

⁴Faculdade Três Pontas – FATEPS / Grupo Unis, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail:
ana.pereira@professor.unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4756-0995>

RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender melhor o autismo no Ensino Fundamental 1, além dos desafios relatados pelos familiares de crianças autistas, seus direitos e o aumento do conhecimento por meio da tecnologia. Embora tenha maior acesso de informações atualmente, a sociedade ainda se encontra com dificuldades sobre o transtorno, principalmente nas escolas que muitas vezes não tem o preparo adequado para receber um aluno autista, tendo até mesmo preconceito com esses alunos. Ainda não se sabe sobre sua causa, mas se conhece melhor sobre as necessidades pessoais e que cada autista tem a sua necessidade específica que pode ser melhor compreendida e desenvolvida sem afetar o autista. Atualmente, muitas famílias têm alguma pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e muitas reagiram de formas diferentes ao receberem o diagnóstico, algumas positivas, outras negativas, o que afeta bastante a pessoa com TEA, dependendo da reação e aceitação ou rejeição da família.

Palavras-chave: Autismo, Escola, Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são reconhecidas como pessoas com deficiência, conforme estabelece a Lei nº 12.764/2012, que assegura seu direito à inclusão em escolas regulares. No Brasil,

estima-se que existam cerca de dois milhões de pessoas com TEA, embora o número exato ainda seja incerto.

Conhecer as características e necessidades dos alunos com TEA é fundamental para promover práticas pedagógicas inclusivas. Entre os desafios enfrentados estão as dificuldades de comunicação, a escassez de materiais adequados e a falta de orientação para o trabalho docente em sala de aula. A partir de relatos de professores e de pessoas com TEA, torna-se possível ampliar o entendimento sobre essas vivências e buscar estratégias que favoreçam a aprendizagem e a participação ativa dos alunos.

O objetivo deste trabalho é compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com TEA e propor alternativas que contribuam para um processo educativo mais funcional e acolhedor. Ao ampliar a compreensão sobre o autismo, pretende-se desenvolver metodologias que facilitem a prática docente e favoreçam o desenvolvimento integral das crianças autistas.

2 O AUTISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL I: desafios e perspectivas

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Embora muitas vezes seja reconhecido legalmente como uma deficiência, para fins de garantia de direitos, acesso a serviços e atendimentos especializados. Trata-se, antes de tudo, de uma forma diversa de funcionamento neurológico, que exige compreensão e apoio individualizado conforme as necessidades e potencialidades de cada pessoa.

Conforme Mantoan (2006), as escolas inclusivas devem estruturar seus sistemas de ensino de modo que as necessidades de todos os alunos sejam observadas e consideradas, assegurando oportunidades de aprendizagem e participação para cada estudante. A educação inclusiva pressupõe a valorização da diversidade humana e o compromisso com a aprendizagem de todos.

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais comum a presença de crianças com TEA nas escolas regulares. Essa realidade desperta interesse e desafios no campo da inclusão escolar, pois envolve compreender as especificidades do autismo e adaptar práticas pedagógicas às singularidades de cada aluno, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, orienta os sistemas de ensino a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, assegurando o atendimento às suas necessidades educacionais específicas (BRASIL, 2008).

Historicamente, porém, a educação das pessoas com deficiência foi marcada pela segregação. Nas décadas passadas, especialmente até os anos 1960, pessoas com deficiência eram frequentemente encaminhadas a instituições segregadas, como asilos, internatos e orfanatos que ofereciam condições precárias e pouca preocupação com o desenvolvimento humano.

Segundo Mantoan (2015), durante muito tempo prevaleceu a ideia de que esses estudantes eram incapazes de acompanhar o ensino regular, o que sustentou práticas de exclusão e reforçou o paradigma da normalização.

Atualmente, observa-se maior respeito e visibilidade às pessoas com TEA, o que contribui para o avanço das políticas de inclusão e para o aumento da presença desses estudantes nas escolas regulares. Ainda assim, persistem desafios quanto à formação docente, adaptação curricular e infraestrutura escolar. Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é fundamental que o professor compreenda as particularidades do autismo e adote metodologias diversificadas, flexíveis e individualizadas.

Conforme Glat (1999), a inclusão é a garantia de acesso contínuo de todos os cidadãos aos espaços sociais e educacionais, devendo ser organizada com base no respeito à diversidade humana e na promoção da igualdade de oportunidades de desenvolvimento ao longo da vida. Isso significa que a escola precisa se reorganizar para atender à diversidade, e não esperar que o aluno se adapte à estrutura já existente.

Apesar dos avanços legais, muitas famílias ainda enfrentam barreiras significativas para garantir a inclusão de seus filhos com TEA. Entre elas estão a dificuldade de acesso a diagnósticos e tratamentos adequados, a falta de formação específica dos professores e a ausência de adaptações curriculares e físicas nas escolas (BRAUN; NASCIMENTO; CRUZ, 2016; GOMES et al., 2015).

Além disso, o preconceito e a falta de comunicação entre escola e família comprometem a permanência e o desenvolvimento dos alunos com autismo (Rosa; Matsukura; Squassoni, 2019). Essas barreiras resultam em dificuldades de aprendizagem, exclusão social e, em muitos casos, evasão escolar (Lima; Laplane, 2016).

No Brasil, o direito à educação inclusiva das pessoas com TEA é amparado pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garantem o acesso à educação, à profissionalização e ao mercado de trabalho. Contudo, conforme Paulino,

Costa e Nakandakare (2018), ainda há uma lacuna na formação dos profissionais da educação para lidar com o cotidiano de alunos autistas, o que muitas vezes os leva a buscar conhecimento de forma autodidata.

Em consonância com a Declaração de Salamanca (1994), cabe à escola garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados e efetivados, promovendo um ambiente acolhedor e equitativo, no qual todos os estudantes possam desenvolver suas potencialidades e participar plenamente da vida em sociedade. A inclusão de alunos com TEA é, portanto, um compromisso ético e social que exige da escola uma postura reflexiva, formativa e humanizadora.

2.1 A evolução histórica

Durante muito tempo, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foram isoladas e estigmatizadas devido à falta de conhecimento sobre a condição. Até meados do século XX, prevalecia uma visão limitada, que tratava o autismo como uma deficiência grave e incapacitante, o que levou muitos indivíduos a serem encaminhados para instituições segregadas ou afastados da convivência social e escolar (MANTOAN, 2015). Nessas instituições, as condições eram precárias e havia pouca preocupação com o desenvolvimento cognitivo e afetivo das pessoas autistas.

Com o avanço das pesquisas científicas e maior interesse da comunidade médica e educacional, o entendimento sobre o autismo se ampliou. De acordo com o DSM-5 (APA, 2013), o TEA passou a ser reconhecido como um espectro, ou seja, uma condição com diferentes níveis de suporte, que variam de pessoa para pessoa. Isso significa que cada indivíduo apresenta características únicas, podendo ou não manifestar comportamentos estereotipados, dificuldades de comunicação ou interação social.

Essa compreensão mais abrangente contribuiu para o respeito e a valorização das diferenças, promovendo avanços no diagnóstico precoce e na inclusão escolar. Hoje, reconhece-se que, mesmo aqueles com maior autonomia, podem necessitar de apoio em determinadas situações, especialmente em contextos sociais e educacionais. Assim, o foco deixou de ser apenas na limitação e passou a ser no potencial de desenvolvimento e na necessidade de suporte individualizado.

Além disso, o papel da família tornou-se essencial nesse processo. A reação ao diagnóstico pode variar, e a aceitação é um fator determinante para o desenvolvimento da criança com TEA. Famílias que recebem orientação adequada e participam ativamente das

terapias e do processo escolar tendem a favorecer o progresso e a autonomia da criança (AMARAL; MATTOS, 2020).

O acompanhamento terapêutico deve, portanto, ultrapassar o ambiente clínico, sendo complementado por ações na escola e em casa, com atividades de estimulação e estratégias que facilitem a compreensão e a adaptação ao meio.

2.2 Metodologias e experiências inclusivas

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma postura ativa da escola na identificação das necessidades e na adoção de estratégias pedagógicas adequadas. É fundamental que os professores observem atentamente os alunos que apresentam comportamentos mais reservados ou dificuldades de interação, comunicando à família quaisquer indícios que possam demandar avaliação diagnóstica. Essa parceria entre escola e família favorece intervenções precoces e permite adaptações pedagógicas que promovem o aprendizado e a socialização do estudante autista.

No livro *Educação Inclusiva na Escola – Autismo*, de Mylene Oliveira Vieira Ferreira, é relatada uma pesquisa realizada em uma escola de Ensino Fundamental em Santa Catarina. Inicialmente, os profissionais não possuíam conhecimento suficiente sobre o TEA e sentiram-se despreparados diante da matrícula de um aluno autista. Contudo, a instituição mobilizou-se para atender às suas necessidades, realizando adaptações nas salas, conteúdos e currículos, além de incluir atividades lúdicas e estratégias personalizadas. A experiência evidenciou a importância da formação continuada dos docentes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes.

A mesma pesquisa revelou que, embora ainda existam desafios — como turmas multisseriadas, falta de recursos e limitações no Atendimento Educacional Especializado (AEE) —, o esforço em proporcionar segurança e acolhimento ao aluno autista é fundamental. A pesquisa conclui que a inclusão adequada ainda é um grande desafio, mas que é possível garantir o direito à educação inclusiva mediante planejamento e compromisso da equipe escolar.

Um exemplo prático de mobilização social é a criação da Associação Fortaleza Azul (FAZ), fundada em 2015, por um grupo de mães de crianças autistas que se conheceram em consultórios médicos. A organização atua na defesa dos direitos das pessoas com TEA, oferecendo atividades recreativas, orientação familiar e articulação com instituições de saúde,

educação e assistência social. Além disso, promove ações judiciais e extrajudiciais, buscando garantir o acesso a tratamentos especializados e o cumprimento das leis de inclusão.

Do ponto de vista científico, a pesquisa sobre o autismo e a inclusão escolar fundamenta-se em metodologias qualitativas, que buscam compreender os significados das experiências e práticas educacionais. Bruyne (1991) define metodologia como o conjunto de procedimentos lógicos que orientam a investigação científica, não se limitando a técnicas de mensuração, mas abrangendo todo o processo de descoberta e interpretação dos dados.

Diversos autores e pesquisas apontam que as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA referem-se à socialização, à comunicação e à adaptação às rotinas escolares. Entretanto, destacam que o autismo não impede a aprendizagem, mas exige metodologias flexíveis, recursos diversificados e ambientes acolhedores que estimulem o potencial de cada estudante. As experiências compartilhadas entre profissionais da educação e famílias contribuem para o aprimoramento das práticas inclusivas, ampliando o repertório de estratégias e fortalecendo o compromisso ético e pedagógico com a inclusão.

A escola é o espaço privilegiado de convivência, construção de conhecimento e desenvolvimento das relações sociais. É nela que a criança começa a compreender o mundo além do ambiente familiar. Por isso, é indispensável que a instituição esteja preparada para receber todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, oferecendo condições adequadas para que se sintam respeitados, pertencentes e capazes de aprender.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em análises bibliográficas e documentais. O objetivo foi compreender os desafios enfrentados pelos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental I e as estratégias pedagógicas voltadas à inclusão escolar.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise profunda das percepções e realidades vivenciadas por alunos, professores e familiares, bem como pela sua adequação à investigação de fenômenos sociais e educacionais que envolvem subjetividade e diversidade de experiências.

Os materiais utilizados consistiram em artigos científicos, livros, legislações e documentos oficiais relacionados à temática da inclusão escolar e ao TEA, selecionados em bases como SciELO, revistas acadêmicas nacionais e obras de referência na área da Educação Inclusiva, entre elas as de Mantoan (2006; 2015), Glat (1999), Ferreira (2020) e Minayo (1993).

O procedimento metodológico envolveu três etapas principais:

- Levantamento bibliográfico: seleção e leitura de materiais que abordam o autismo, a inclusão escolar e os direitos educacionais das pessoas com deficiência.
- Análise interpretativa: identificação das principais dificuldades relatadas nas fontes, como a falta de capacitação docente, inadequações curriculares e ausência de recursos pedagógicos.
- Síntese e discussão dos resultados: organização das informações obtidas de forma crítica, correlacionando as teorias com a realidade atual das escolas brasileiras.

A abordagem adotada seguiu o referencial teórico de Bruyne (1991), Strauss e Corbin (1998) e Minayo (1993), que compreendem a metodologia como um conjunto de procedimentos sistemáticos voltados à compreensão da realidade social e educacional. Dessa forma, a análise buscou integrar teoria e prática, contribuindo para o debate sobre a efetivação da inclusão escolar de crianças autistas no ensino regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das pesquisas e experiências relatadas evidencia avanços significativos na compreensão e na aceitação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade e no contexto escolar. Entretanto, ainda persistem lacunas estruturais, pedagógicas e formativas nas escolas brasileiras. Embora a inclusão esteja amparada por lei, sua efetivação permanece parcial, sobretudo nas instituições públicas, que enfrentam limitações orçamentárias, escassez de recursos materiais e falta de formação específica dos docentes.

Observa-se que as escolas que investem em formação continuada, adaptações curriculares e metodologias diferenciadas alcançam melhores resultados na aprendizagem e adaptação de alunos com TEA. Nessas instituições, o envolvimento da equipe pedagógica, o diálogo constante com as famílias e a construção de práticas colaborativas favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A inclusão torna-se, assim, um processo coletivo, sustentado por uma rede de apoio que valoriza a individualidade e o potencial de cada criança.

Apesar desses avanços, os desafios permanecem expressivos. O diagnóstico tardio, o preconceito, a falta de apoio terapêutico interdisciplinar e o despreparo institucional ainda comprometem a efetividade das ações inclusivas. A literatura aponta que a inclusão só será

plenamente alcançada quando o sistema educacional reconhecer a diversidade como princípio estruturante da escola, e não como uma exceção a ser tolerada (MANTOAN, 2015; GLAT, 1999; BRASIL, 2008).

Dessa forma, a inclusão do estudante com TEA no ensino fundamental demanda uma mudança de paradigma, que ultrapasse a simples inserção física e promova a participação ativa e significativa desses alunos. Para tanto, é imprescindível investir em políticas públicas consistentes, formação docente humanizada e ambientes acolhedores, que compreendam o autismo não como um impedimento à aprendizagem, mas como uma maneira singular de perceber, sentir e interagir com o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um avanço social e educacional significativo, porém ainda distante da efetivação plena. O objetivo de garantir uma educação verdadeiramente adaptada e equitativa para todos os alunos com TEA ainda enfrenta entraves, sobretudo pela persistência de desigualdades estruturais, falta de formação docente e preconceitos que limitam o potencial de desenvolvimento dessas pessoas.

Apesar das dificuldades, observa-se um progresso gradual na disseminação de informações sobre o autismo, impulsionado principalmente pelo acesso à internet e pelas redes de apoio formadas por famílias, profissionais e instituições. Esse movimento contribui para o aumento do conhecimento, a troca de experiências e a ampliação do debate sobre práticas inclusivas.

O comprometimento da escola e da família é essencial nesse processo. Quando ambas as partes atuam de forma colaborativa, o aluno autista tende a se desenvolver de maneira mais satisfatória, alcançando avanços acadêmicos, sociais e emocionais. Em contrapartida, a ausência de acolhimento e de estratégias inclusivas adequadas pode intensificar o isolamento, a frustração e a exclusão, comprometendo a socialização e as perspectivas futuras, inclusive no acesso ao mercado de trabalho.

Os diagnósticos tardios ainda representam um desafio importante. A falta de conhecimento sobre os sinais precoces do autismo pode retardar o início das intervenções, o que afeta diretamente o desenvolvimento da criança. Uma vez identificado o diagnóstico, torna-se indispensável um plano de acompanhamento multidisciplinar, envolvendo escola, família e

profissionais de saúde, para que o aluno receba apoio de acordo com suas necessidades específicas.

Diferentemente de décadas anteriores, o avanço tecnológico e o maior acesso à informação têm favorecido uma compreensão mais ampla e empática sobre o TEA. O compartilhamento de vivências, pesquisas e práticas bem-sucedidas tem possibilitado o fortalecimento de redes de apoio e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à inclusão.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão escolar de pessoas com TEA depende de um compromisso coletivo, sustentado por políticas educacionais consistentes, formação docente continuada e mudança de paradigma social. O autismo não deve ser visto como um obstáculo à aprendizagem, mas como uma forma singular de perceber e interagir com o mundo, que enriquece o ambiente escolar e promove uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizada.

ABSTRACT

This article aims to better understand autism in elementary school, as well as the challenges reported by families of autistic children, their rights, and the increased knowledge gained through technology. Despite greater access to information today, society still faces challenges regarding the disorder, especially in schools that are often inadequately prepared to accommodate autistic students, even experiencing prejudice against them. Its cause remains unknown, but we do understand personal needs, and we understand that each autistic child has their own specific needs that can be better understood and developed without affecting the autistic child. Currently, many families have someone with Autism Spectrum Disorder (ASD), and many react differently upon receiving the diagnosis—some positive, some negative—which greatly affects the person with ASD, depending on the family's reaction and acceptance or rejection.

Keywords: *Autism, School, Inclusion*

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Juliana. *Educação inclusiva e o papel da escola na inserção do aluno autista*. São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Tanto o TEA como a deficiência intelectual... *Ciência & Educação*, Bauru: UNESP, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/TfXmfvVpTbyRJmsTjchVYtC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Transtorno do Espectro Autista: trajetórias e desafios na formação do ensino fundamental inclusivo em Santa Catarina**. Atena Editora, 2025. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/transtorno-do-espectro-autista-trajetorias-e-desafios-na-formacao-do-ensino-fundamental-inclusivo-em-santa-catarina>. Acesso em: 7 abr. 2025.

IFAL. **Dificuldades no processo de inclusão escolar**. *Revista Educte*, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ifal.edu.br/educcte/article/download/1649/1229> . Acesso em: 7 abr. 2025.

BRUYNE, Paul de. *A dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

FERNANDES, Fabiane; SARDAGNA, Michele. *Evasão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista: causas e desafios para a inclusão*. Curitiba: UFPR, 2019.

FERREIRA, Mylene Oliveira Vieira. *Educação inclusiva na escola – Autismo*. Santa Catarina: Editora da Furb, 2020.

GLAT, Rosana. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

GOMES, C.; et al. *Educação inclusiva: desafios e possibilidades para o ensino de alunos autistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

LIMA, R.; LAPLANE, A. *O abandono escolar de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento*. São Paulo: PUC-SP, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *A escola comum é para todos: repensando a inclusão*. Campinas: Autores Associados, 2015.

MATSUKURA, Tânia Suely; MINATEL, Mariane. *Transtorno do espectro autista e inclusão escolar: desafios da prática docente*. São Paulo: UNESP, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1993.

PAULINO, G.; COSTA, L.; NAKANDAKARE, M. *Formação de professores e inclusão de alunos com TEA: entre desafios e possibilidades*. São Paulo: Editora Pioneira, 2018.

ROSA, D.; MATSUKURA, T.; SQUASSONI, C. *A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre as práticas pedagógicas*. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1–15, 2019.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UNESP. **Inclusão e perspectivas educacionais**. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília: UNESP, 2025. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/15342/17156>. Acesso em: 7 abr. 2025.

VIEIRA F.; MYLENE O. **Educação Inclusiva na Escola - Autismo**. Desafios e possibilidades na construção do processo inclusivo de crianças autistas. São Paulo. Editora Dialética, 2022.